

**ATA DA 389ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP  
REALIZADA NOS DIAS 29 e 30/10/2012.**

1  
2  
3  
4 Aos vinte e nove e trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, os  
5 membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na  
6 sala trezentos e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de  
7 Brasília-DF. **Compareceram:** Herbert José de Almeida Carneiro (Presidente do  
8 Conselho), Vitore André Zílio Maximiano (1º Vice Presidente), Alamiro Velludo  
9 Salvador Netto, Alvino Augusto de Sá, Augusto Eduardo de Souza Rossini, Fabiana  
10 Costa de Oliveira Barreto, Fernando Braga Viggiano, Luis Geraldo Lanfredi, Luiz  
11 Guilherme Mendes de Paiva, Maria Ivonete Tamboril, Pedro Sérgio dos Santos,  
12 Rodrigo Duque Estrada Roig Soares, Suzann Flávia Cordeiro de Lima. **Justificaram**  
13 **Ausência** Davi de Paiva Costa Tangerino, Erivaldo Ribeiro dos Santos, Frnaciele  
14 Silva Cardozo, Marden Marques Soares Filho e Milton Jordão de Freitas Pinheiro  
15 Gomes. Estiveram presentes os seguintes participantes externos ao Conselho: Ligia  
16 Maria Alves Pereira, Verônica Silva, Heloisa Adario, Gisele Peres, Valdirene  
17 Daufemback, Luiz Antonio Bressane, Adelma Rocha, Renato Pinto, General Monteiro,  
18 Marcio Andrade de Oliveira, Luyza Q.P, Marcos Henrique do Carmo, Tereza Avilia  
19 Carvalho, André Albuquerque Garcia, Washington França da Silva, Wellington de  
20 Jesus F. Coleho, Marcus Patury, Augusto Silva, João Carvalho Coutinho Júnior,  
21 Kércio Silva Pinto, Jackson Cerqueria, Kenia Torres, André Luiz de Almeida e Cunha,  
22 Mauricio Kuehne e Marcio Meirelles de Miranda. Prestaram apoio logístico Jussara  
23 Isaac Ribeiro, Kizio Makicelio, Jefferson Alves e Rafael Costa. O Presidente do  
24 CNPCP Herbert Carneiro iniciou a reunião saudando a todos os presentes. Após a  
25 aprovação da Ata da 388ª Reunião Ordinária do Conselho, deu posse aos  
26 conselheiros Luiz Geraldo Lanfredi e Fernando Braga Viggiano (conselheiro  
27 reconduzido). O conselheiro Lanfredi saudou a todos e disse da honra que sente em  
28 poder participar deste Colegiado, bem como contribuir para a discussão dos nortes da  
29 política criminal Brasileira, considerando a dignidade da pessoa humana como o  
30 principal ponto. O conselheiro Fernando cumprimentou a todos e disse ser motivo de  
31 honra poder retornar ao CNPCP e continuar contribuindo para a política criminal e  
32 penitenciária do país. O Presidente informou ao conselheiro Fernando sobre a  
33 existência de uma comissão do CNPCP para a reforma do Código Penal (artigos 43 a  
34 96) e solicitou a contribuição do mesmo nos referidos trabalhos. Em seguida designou  
35 o conselheiro Lanfredi para apresentar parecer com o objetivo da elaboração de uma

36 resolução do CNPCP sobre a remissão pelo estudo, tendo como base nota técnica  
37 encaminhada pelo DEPEN ao Conselho. Informou que o conselheiro Pedro Sérgio  
38 apresentou uma proposta sobre prazos do processo penal e de execução penal e  
39 alteração da detração penal, a qual será objeto de estudo pelo colegiado, momento  
40 no qual designou o conselheiro Alamiro como relator. O conselheiro Vittore  
41 cumprimentou a todos, saudando, em especial, os conselheiros recém empossados e  
42 informou que realizará inspeção nas unidades prisionais do DF nos dias 30 e  
43 31/10/2012, em parceria com a Ouvidoria Geral do DEPEN. Informou ainda que a  
44 Comissão do CNPCP para a reforma do Código Penal já se encontra em atividade e  
45 apresentará o resultado final dos trabalhos em aproximadamente duas semanas,  
46 tendo em vista que o Senado alongou os prazos. Destacou também que o Senado  
47 tem como objetivo a formação de uma comissão para a reforma da Lei de Execução  
48 Penal, fato a ser confirmado pela Secretaria de Assuntos Legislativos do MJ, ainda  
49 nesta reunião. O conselheiro Alamiro cumprimentou a todos e em especial os  
50 conselheiros Fernando e Lanfredi, dizendo da importância dos mesmos na  
51 composição do colegiado, tendo em vista o relevante conhecimento de ambos nos  
52 temas da competência do CNPCP. Informou que sugeriu, na reunião passada, a  
53 inclusão na pauta desta reunião do tema Nexo de Causalidade para debate do  
54 Colegiado, o que contaria com o amparo de parecer do Dr. Juarez Tavares,  
55 entretanto solicitou à Secretaria do Conselho a suspensão da referida pauta, tendo  
56 em vista movimento da USP e UERJ no sentido de que o Código seja refutado na sua  
57 integralidade, motivo de consenso na comunidade jurídica e que seria adequada,  
58 portanto, discussão técnica posterior e posicionamento oficial do Conselho. O  
59 conselheiro Alvino saudou a todos e parabenizou os conselheiros recém  
60 empossados. Em seguida agradeceu ao Presidente do CNPCP e ao Conselheiro  
61 Alamiro pelo ofício encaminhado à Universidade de São Paulo em sua homenagem  
62 quando da cerimônia realizada pela referida instituição. O Conselheiro Pedro Sérgio  
63 parabenizou os conselheiros recém empossados e informou que foi agendada data  
64 para a posse dos membros do conselho penitenciário do Estado de Goiás, tendo sido  
65 convidadas autoridades do Estado e no momento da cerimônia o Secretário de  
66 Segurança Pública daquele Estado não compareceu, bem como não justificou o  
67 motivo. Disse que o Estado de Goiás é o único da Federação no qual o Secretário de  
68 Segurança Pública preside o Conselho Penitenciário, momento no qual solicita ao  
69 CNPCP posicionamento oficial sobre a questão apresentada, tendo em vista que a  
70 mesma contraria recomendações do próprio CNPCP. Em seguida e resumidamente o

71 Conselheiro Pedro Sérgio apresentou a proposta do projeto de lei que dispõe sobre  
72 prazos no processo penal e no processo de execução e altera o instituto da detração  
73 (artigos 1º e 2º). O Presidente do Conselho convidou a Doutora Ligia Maria Alves  
74 Pereira – Coordenadora Geral da Secretaria Geral da Presidência da República a  
75 compor a mesa e apresentar a Proposta preliminar de Diretrizes para a Política e  
76 Sistema Nacional de Participação Social. Em seguida o Presidente do CNPCP  
77 colocou o assunto em discussão e após as várias manifestações técnicas dos  
78 conselheiros e, em especial do conselheiro Rossini, contando também com a  
79 intervenção da Ouvidora Geral do DEPEN – Dra. Valdirene Daufemback, a  
80 apresentação foi encerrada. A Conselheira Suzzan cumprimentou a todos e aos  
81 conselheiros recém empossados. Em seguida informou ao Colegiado que o sistema  
82 prisional de Alagoas está sendo totalmente privatizado, inclusive já tendo sido  
83 realizada a licitação, o que para ela é motivo de preocupação e entende que o  
84 CNPCP deve acompanhar de perto o assunto. Agradeceu a Doutora Valdirene por ter  
85 aberto mão de uma publicação da Ouvidoria Geral do DEPEN, possibilitando, deste  
86 modo, que a resolução sobre arquitetura prisional elaborada pelo CNPCP possa ter  
87 sua tiragem confeccionada. Informou que participou juntamente com a Doutora  
88 Valdirene da reunião com o Ministério das Cidades para discutir a questão dos planos  
89 diretores e a inserção das discussões sobre sistema prisional e que a representante  
90 técnica daquele Ministério se colocou a disposição para as referidas discussões,  
91 porém não houve avanço uma vez que o Ministério das Cidades está reavaliando a  
92 metodologia de planejamento urbano para posteriormente solicitar a dos planos  
93 diretores. Disse que encaminhou uma mesa temática para um evento de grande  
94 importância sobre planejamento urbano, que ocorrerá em Recife em março de 2013,  
95 com a participação de Universidades e com objetivo de inserir o assunto para  
96 discussão em nível nacional, momento no qual tema da privatização foi amplamente  
97 debatido entre os conselheiros. A Conselheira Ivonete informou que participou  
98 juntamente com os conselheiros Alvino e Vitore da organização do Seminário de  
99 atuação interdisciplinar no sistema prisional Brasileiro que vai discutir desafios e  
100 perspectivas, o qual ocorrerá no dia 09/11/2012 em Brasília. Disse que recebeu do  
101 Doutor Herbert o relatório de visita no sistema prisional da Paraíba realizada pelo  
102 Conselho Estadual de Direitos Humanos e que disponibiliza o referido documento aos  
103 demais membros do CNPCP, uma vez que o mesmo apresenta recomendações  
104 importantes encaminhadas ao Ministério Público daquele Estado, entre outros. O  
105 Conselheiro Fernando sugeriu a criação, no âmbito do CNPCP, de um procedimento

106 específico para avaliar a questão da reintegração social, colhendo dos Estados quais  
107 as praticas que estão sendo adotadas e tendo como objetivo a formulação de um  
108 modelo nacional. O Conselheiro Vitore reforçou a importância do tema e sugeriu a  
109 realização de um concurso nacional de boas práticas de reintegração social. O  
110 conselheiro Rodrigo saudou a todos e os conselheiros recém empossados e  
111 comunicou a realização de um seminário do Grupo Brasileiro da Associação  
112 Internacional de Direito Penal que está ocorrendo no Rio de Janeiro na sede nacional  
113 da Procuradoria da República, no qual participa como representante do CNPCP,  
114 proferindo palestra sobre A Reforma da Lei de Execução Penal. O Conselheiro  
115 Rossini cumprimentou a todos os conselheiros, bem como os recém empossados e  
116 teceu considerações especiais a ambos, reiterando a felicidade por poder contar com  
117 os trabalhos dos mesmos neste Colegiado. Informou que o Brasil deve apresentar  
118 defesa na OEA, ainda este mês, no que se refere a cinco acusações com relação à  
119 área prisional, quais sejam RDD e Super Max, Pastoral Carcerária e outros  
120 organismos internacionais, Revista Vexatória, bem como a questão de maus tratos e  
121 superpopulação carcerária. Informou ainda que os assuntos serão discutidos em  
122 audiências públicas e reuniões privativas com a Corte, contando com a presença do  
123 MRE/Brasil. Falou ainda que a lei nº 12.714 está em vigor e em seu artigo 5º defere a  
124 instituição de um sistema nacional e o Ministro da Justiça deu essa incumbência ao  
125 DEPEN, momento no qual o Departamento Penitenciário trabalha na apresentação de  
126 um projeto para validação do Ministro, sendo que após a referida aprovação o mesmo  
127 será apresentado neste CNPCP. O Conselheiro Rossini solicitou ao Presidente que  
128 designe um representante do Conselho para participar do projeto, tendo sido  
129 designados os Conselheiros Luiz Guilherme, Eivaldo e Fabiana. O Conselheiro  
130 Rossini disse que no que se refere à monitoração eletrônica, o Depen tem uma nota  
131 técnica que está para validação do Ministro e que o Departamento deseja participar,  
132 juntamente com O CNPCP, da reedição da publicação sobre o tema.

133 Em seguida falou sobre os trabalhos do Departamento Penitenciário Nacional na área  
134 de educação no sistema prisional, inclusive das reuniões realizadas entre Ministério  
135 da Educação, Ministério da Justiça, Secretarias de Educação Estaduais, Secretarias  
136 de Justiça, momento no qual apresentou números de vagas a serem disponibilizadas  
137 em tempo, destacando a discussão sobre a remissão sobre o estudo. Ressaltou que  
138 o Estado de Alagoas não possui o apoio do DEPEN para as PPP's, muito embora  
139 aquele Estado esteja em fase de licitação. O Conselheiro Rossini falou sobre o caso  
140 da Paraíba e disse que no dia da rebelião, emitiu ofícios às autoridades daquele

141 Estado para adoção de providencias imediatas. O Conselheiro Alamiro disse que  
142 entende ser necessário que o CNPCP se debruce sobre a questão das PPP's que  
143 estão sendo implantadas no Estado de Alagoas, tendo em vista importância da  
144 referida questão. Em seguida foi realizada a apresentação do documento sobre  
145 Alternativas Penais, pela Conselheira Fabiana, momento no qual o assunto foi  
146 amplamente debatido entre os membros do colegiado e contando com a participação  
147 da CONAPA, por meio da Doutora Heloisa Adario. Em seguida o Presidente do  
148 CNPCP apresentou aos conselheiros a agenda de inspeções prisionais para o ano de  
149 2013, bem como a designação das duplas de conselheiros e respectivos Estados da  
150 Federação a serem visitados. O Doutor Luiz Bressane da Secretaria de Assuntos  
151 Legislativos do Ministério da Justiça apresentou aos conselheiros notícias atualizadas  
152 sobre os projetos de interesse do MJ que se encontram em andamento no Senado  
153 Federal, em especial sobre as emendas ao Código Penal. Falou sobre o novo  
154 posicionamento do STF em relação ao hábeas corpus, momento no qual informou  
155 que à SAL conta com o auxílio do CNPCP na realização dos estudos e levantamento  
156 de dados para a propositura legislativa do MJ, no que se refere à revista íntima,  
157 trabalho e estudo dos presos e faltas disciplinares, momento no qual os temas foram  
158 amplamente debatido entre os membros do colegiado. O Conselheiro Vitore disse que  
159 no que refere-se a nova lei sobre dados, destacou três conselheiros para  
160 participarem, juntamente com o DEPEN, da construção de um sistema de  
161 informações atualizadas em todo o país. O Conselheiro Vitore informou que quanto  
162 ao debate sobre alternativas penais, designou a conselheira Fabiana para representar  
163 o CNPCP junto ao Conselho Nacional de Justiça, nos trabalhos que serão realizados,  
164 inclusive com o objetivo de um projeto de lei sobre o SINAPE. Em seguida tratou da  
165 questão do hábeas corpus que pode vir a ser objeto de restrição nas cortes  
166 superiores, entendendo ser necessária uma provocação do CNPCP aos órgãos  
167 superiores, objetivando participação nas discussões que estão em andamento e  
168 garantia criteriosa do hábeas corpus. O Conselheiro Vitore falou sobre a questão da  
169 revista íntima, destacando os trabalhos da Comissão do CNPCP que foram realizados  
170 e que resultou num texto a ser enviado ao congresso nacional em forma de projeto de  
171 lei. O Conselheiro Rossini falou da importância da criação de um marco regulatório  
172 sobre a questão das faltas graves, tendo como objetivo a normatização e  
173 uniformidade de apuração das mesmas por todos os Estados da Federação. O  
174 conselheiro Vitore designou o conselho Lanfredi para que formule uma proposta  
175 sobre o tema Faltas Graves, objetivando a edição de resolução do CNPCP e

176 possivelmente a criação de um projeto de lei. O Conselheiro Rossini informou que  
177 houve dois encontros/seminários sobre a questão das medidas cautelares o que é de  
178 fundamental importância, momento no qual sugeriu ao Presidente que solicite o  
179 material que foi resultado dos referidos encontros, para conhecimento do  
180 colegiado. O Conselheiro Rossini sugeriu que o conselheiro Lanfredi participe das  
181 discussões sobre a construção de um pacto, tendo em vista as denúncias sobre o  
182 Estabelecimento Penal Urso Branco, as quais foram apresentadas na Corte. O  
183 Conselheiro Vitore deu início a apresentação do programa nacional de apoio prisional,  
184 pela presidente do CONSEJ - Doutora Maria Tereza Uille Gomes, momento no qual o  
185 tema foi tecnicamente debatido pelos membros do colegiado e com intervenções de  
186 integrantes do CONSEJ. O Conselheiro Vitore apresentou ao CONSEJ parecer  
187 devolutivo da Conselheira Suzann no que refere-se a viabilidade do projeto para  
188 reforma das Unidades prisionais anteriormente apresentado pelo CONSEJ ao  
189 CNPCP, contendo as recomendações para readequações técnicas e atendimento ao  
190 disposto na resolução nº 09. A Doutora Maria Tereza solicitou ao CNPCP que avalie a  
191 possibilidade de que o CONSEJ possa enviar ao Conselho um projeto modelo de  
192 construção de unidades prisionais para análise e apresentação de orientações a  
193 serem seguidas pelos Estados, momento no qual o conselheiro Rossini disse que as  
194 orientações técnicas para construção de unidades prisionais encontram-se dispostas  
195 na resolução nº 09 e que o DEPEN somente analisará projetos que estejam em  
196 consonância com a referida resolução. Em seguida, procedeu-se à análise dos  
197 seguintes processos, previamente distribuídos: 1) Processo CNPCP/MJ nº  
198 08037.000125/2012-76 Assunto: Relatório de Inspeção realizada por este Conselho  
199 na Casa do Albergado Ministro Guimarães de Natal-Goiânia-GO. Parecer do  
200 Conselheiro Rodrigo Duque Estrada: Oficie à Presidência da Agência Goiânia do  
201 Sistema de Execução Penal solicitando quais as providências tomadas quanto à  
202 reparação da frota de veículos da Casa de Albergado; Comunique o Conselho  
203 Penitenciário sobre as respostas da Agência Goiânia do Sistema de Execução Penal  
204 Aprovado. 2) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000122/2011-51 Assunto: Relatório de  
205 inspeção feita na cadeia pública de Piracanjuba – Goiás. Ano: Março de 2011.  
206 Parecer do Conselheiro Rodrigo Duque Estrada: Comunique o Conselho Penitenciário  
207 sobre as respostas da Agência Goiânia do Sistema de Execução Penal, após  
208 arquivam-se os autos. Aprovado. 3) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000138/2011-64  
209 Assunto: Relatório de inspeção na cadeia pública da Cidade de Trintade-Goiás.  
210 Elaborado pelo Conselho Penitenciário de Goiás. Parecer do Conselheiro Rodrigo

211 Duque Estrada: Comunique o Conselho Penitenciário sobre as respostas da Agência  
212 Goiânia do Sistema de Execução Penal, após arquivam-se os autos. Aprovado. Após  
213 os debates entre os presentes o Presidente do Conselho encerrou os trabalhos e  
214 agradeceu a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida por  
215 mim, Jussara Isaac Ribeiro.

216

217 HERBERT JOSÉ ALMEIDA CARNEIRO

218 Presidente do Conselho

219

220

221 Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código  
222 00012013020700027.

223 Documento assinado digitalmente conforme MP nº- 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves  
224 Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

225 Nº 27, quinta-feira, 7 de fevereiro de 2013 *ISSN 1677-7042 27*

226

227

228